

Pinotti nega acusações do Tribunal de Contas

A Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo negou ontem as acusações contidas no relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), elaborado pela ministra Elvia Lordello Castello Branco, que afirmava ter a secretaria aplicado irregularmente no mercado financeiro os recursos destinados ao Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (Suds). "Os recursos financeiros do Suds são aplicados rigorosamente nos estabelecimentos oficiais, que são o Banco do Brasil, Banespa e Distribuidora de Valores do Estado (Divesp)", afirma o secretário José Aristodemo Pinotti.

Para ele, essas acusações fazem parte de uma orquestração contra a implantação do Suds, que fere interesses clientelistas. "Como estamos combatendo a corrupção e o clientelismo político que a centralização do sistema de saúde proporcionava, os interessados na manutenção desse sistema reagem com acusações desse tipo", afirma o secretário.

Segundo a explicação de Pinotti, os recursos do Suds são mantidos do Fundo Estadual de Saúde e gastos nas despesas do convênio. Essas despesas são realizadas em quatro tipos de atividade: gastos com hospitais e postos de saúde da secretaria, repasse a municípios para aplicação na rede de saúde local, despesas dos hospitais e postos de saúde do Inamps geridos hoje pelo Suds e para pagar as contas dos serviços ambulatoriais, dos hospitais particulares e filantrópicos e contratados. Com relação a possíveis desobediências a normas quanto à realização de licitações e assinaturas de contratos, o secretário esclareceu que todos os bens e serviços que o Suds adquire são licitados previamente ou dispensados desse procedimento na forma da lei.

RELATÓRIO FALHO

No Rio Grande do Sul, o secretário da Saúde e Meio Ambiente, Antenor Ferrari, considera "totalmente falho" o rela-



Maurilo Claretto/AE

Pinotti: 'Recursos são aplicados nos estabelecimentos oficiais'

tório do Tribunal de Contas da União (TCU) que apontou irregularidades na aplicação de recursos destinados pelo Sistema Descentralizado e Unificado de Saúde (Suds) no seu Estado. Ferrari, que também é presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), admitiu a aplicação do dinheiro no mercado financeiro, "com a autorização do Tribunal de Contas do Estado", justificou.

De acordo com o relatório do TCU, elaborado pela ministra Elvia Lordello Castello Branco, a secretaria gaúcha aplicou NCz\$ 2,89 milhões (destinados até agosto ao Suds) no mercado financeiro através do

Banco Meridional. "Imoralidade é não aplicar", rebate Ferrari. A proibição das aplicações valeu até o mês de julho, quando o presidente José Sarney assinou um decreto liberando esta prática. Segundo o mesmo decreto estas aplicações devem ser feitas em banco oficial, no caso, Banco do Brasil. "O Banco Meridional é um banco oficial", contesta o secretário gaúcho.

Procurado para maiores esclarecimentos, os ministros do Tribunal de Contas da União não quiseram comentar as acusações. Nos próximos dias serão vistas com mais detalhes as contas de todos os Estados, incluindo as de São Paulo.